

Emigrante em Portugal volta à Guiné-Bissau com quatro meninas para serem excisadas

Um cidadão guineense emigrante 19 anos em Portugal voltou à Guiné-Bissau, mandou excisar quatro meninas e foi preso por violar a lei, mas acabou em liberdade por pressão do governador de Gabu, leste da Guiné-Bissau.

A denúncia foi feita esta terça-feira à agência Lusa por Fatumata Djau Baldé, presidente do Comité Nacional de Luta para o Abandono das Práticas Nefastas, um consórcio de 18 ONG (organizações não-governamentais) nacionais e estrangeiras.

Djau Baldé, antiga ministra dos Negócios Estrangeiros, muçulmana e que em criança foi submetida à excisão, tem sido uma das principais opositoras à prática da mutilação genital na Guiné-Bissau. Esta quarta-feira assinala-se o Dia Internacional da Tolerância Zero em relação à mutilação genital feminina.

Visivelmente zangada pelo caso do emigrante de Gabu que mandou submeter à excisão as quatro raparigas, duas filhas e duas sobrinhas, Djau Baldé contou à Lusa que depois de o homem ter sido descoberto foi detido pela polícia, mas solto horas depois.

"O mais curioso de tudo isso foi que as autoridades administrativas que têm a responsabilidade de velarem pelo cumprimento da lei, neste caso o governador da região, foi à polícia exigir que se liberte o senhor, com o pretexto de acalmar alguma parte da comunidade de Gabu que não estava de acordo com a detenção do homem e da própria lei que proíbe a prática de excisão", explicou a ativista dos Direitos Humanos.

Fatumata Djau Baldé acrescentou que a polícia, "por pressão do Governador", mandou libertar o emigrante, quando na realidade devia era desobedecer à ordem do governador e dispersar os manifestantes.

"É um caso bastante preocupante. O mesmo tipo de situação já tinha ocorrido em Bafatá, onde uma senhora (fanateca) foi detida, posta em liberdade devido a pressão dos líderes religiosos locais, e de

seguida novamente detida, com a nossa ação, e julgada", lembrou Djau Baldé, referindo-se a um caso ocorrido em 2011.

A responsável pelo Comité cita o caso do emigrante de Gabu para mostrar a necessidade de "um grande trabalho" a ser feito também junto das comunidades emigradas da Guiné-Bissau na diáspora, sobretudo em Portugal, onde, diz, a excisão "é ainda uma prática recorrente".

"É preciso fazer-se um trabalho de sensibilização junto da comunidade emigrante da Guiné-Bissau na Europa, nomeadamente em Portugal, onde vivem pessoas fechadas no seu círculo, que muitas das vezes voltam para o país praticando atos que a lei pune ou que já estão banidos na sociedade guineense", observou Fatumata Baldé.

A ativista lamenta que a situação política vivida neste momento entre a Guiné-Bissau e Portugal, cujo Governo não reconhece as autoridades que dirigem o país africano na sequência do golpe de Estado de abril passado, esteja a dificultar a implementação de ações de sensibilização junto dos emigrantes em Portugal sobre a necessidade do abandono da excisão feminina.

"A situação política do momento entre a Guiné-Bissau e Portugal travou um trabalho que estava na forja entre a nossa instituição e a secretaria de Estado da Igualdade de Portugal, mas esperamos que brevemente esses constrangimentos serão ultrapassados", frisou Fatumata Baldé.

O parlamento da Guiné-Bissau aprovou no início de 2011 uma lei que proíbe a prática da mutilação genital feminina. O diploma foi promulgado pelo Presidente em junho e a lei entrou em vigor em setembro do mesmo ano.

A UNICEF estima que a excisão genital, o corte do clitóris das mulheres, é uma prática que atinge 45% das guineenses entre os 7 e os 12 anos.

publicado a 2013-02-05

Para mais detalhes consulte:

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Palops/Interior.aspx?content_id=3036386